

RESENHAS/*REVIEWS*

CINEMA E TELEVISÃO DURANTE A DITADURA MILITAR

Gisele N. FRIGHETTO¹

A produção audiovisual durante os anos do Regime Militar (1964-1985), da telenovela ao cinema de resistência, é o tema desta coletânea de artigos e depoimentos, baseados no que foi apresentado no seminário Cinema e Televisão Durante a Ditadura Militar, realizado em Araraquara, na Faculdade de Ciências e Letras da UNESP, em novembro de 2003. Com apresentação da organizadora, Anita Simis, reúne depoimentos pessoais de cineastas e artigos densos de importantes estudiosos de cinema e televisão, mostrando pontos de vista diferentes e por vezes inusitados sobre os desafios e as condições da produção cultural no período. Os autores também procuram fazer uma ponte entre passado e presente, e analisam as marcas deixadas pela ditadura na produção cultural brasileira atual, afetada também pelas transformações econômico-sociais provenientes do neoliberalismo, da globalização e do desenvolvimento do capitalismo no Brasil. E apontam para o futuro, mostrando caminhos ou apontando direções para a produção audiovisual no país.

Com o propósito de responder ao interesse sobre o significado da Ditadura Militar no Brasil e as formas de resistência ao arbítrio, o livro busca somar esforços com os estudos já realizados em relação ao tema, o qual está efetivamente longe de ser esgotado. Neste sentido, Cinema e Televisão durante a Ditadura Militar cumpre seus objetivos, ao mostrar aspectos desconhecidos sobre o período até mesmo para estudiosos do tema, graças à reflexão crítica dos depoimentos e das análises.

A primeira categoria reúne os relatos de cineastas que desenvolveram obras de resistência no interior do Regime. No texto que abre o livro, Roberto Farias reflete sobre sua experiência pessoal como presidente da Embrafilme, de 1974 a 1979, em um momento de abertura “lenta e gradual” do regime. O cineasta mostra como o incentivo estatal à produção de filmes brasileiros, ao mesmo tempo em que contribuiu para o sucesso de produções nacionais, contraditoriamente combinou-se à censura, à vigilância e ao veto financeiro. Outro destaque é o relato da produção do polêmico *Pra Frente, Brasil!* (1982), e da luta pela liberação do filme para a exibição no país. O cineasta termina seu depoimento denunciando a difícil situação do cinema nacional,

¹ Mestre em Ciências Sociais. UFSCar - Universidade Federal de São Carlos. Centro de Educação e Ciências Humanas (CECH). São Carlos – SP – Brasil. 13565-905 - giselefrighetto@uol.com.br

apontando como caminho possível a associação entre televisão e cinema, representada pela Globo Filmes, ignorando entretanto as limitações de tal associação.

A existência de uma auto-censura como forma de preservação de produtores culturais depois do AI-5, durante o Governo Médici, norteia o relato de Sérgio Muniz, no qual conta as circunstâncias nas quais foi realizado o documentário *Você Também Pode Dar um Presunto Legal* (1971/73), denúncia das torturas exercidas pelos Esquadrões da Morte em São Paulo e Rio de Janeiro. Em seu depoimento, o cineasta relata como a censura estatal vinha sobretudo do veto à exibição ou de recursos para uma produção de resistência, obrigando os cineastas a usarem de metáforas em seus filmes ou a se restringirem à abordagem de dramas da classe média para obterem respaldo estatal. E especula os motivos pelos quais a produção cinematográfica de países como Argentina e Chile se adiantou no seu “acerto de contas” com o passado ditatorial, em comparação ao caso brasileiro.

Em uma mistura de relato pessoal com contextualização didática do período Geisel, Roberto Gervitz conta a produção de *Braços Cruzados*, Máquinas Paradas, documentário sobre a eleição do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, em 1978. O cineasta trata dos problemas ocorridos na produção e do gradual envolvimento entre cineastas e operários na produção do projeto, nostálgicamente relembrando a crença no papel do cinema para a transformação social. Constata o esvaziamento desse projeto, diante da democratização, do desgaste do movimento sindical e do aprofundamento da miséria nas últimas duas décadas, dissolvendo-se o projeto revolucionário diante das contradições da sociedade brasileira atual.

Por sua vez, os artigos que compõem o livro fornecem ao leitor um aprofundamento teórico quanto ao contexto da produção cinematográfica e televisiva durante o Regime Militar, e seus desdobramentos depois da abertura política. Sobre televisão é o artigo de César Bolaño, *O Mercado de Televisão Durante o Regime Militar*, no qual trata das condições materiais do desenvolvimento de uma estrutura de comunicação de massa no Brasil e, mais especificamente, da implantação de um sistema comercial de televisão. O autor mostra como a expansão das telecomunicações, efetuada sobretudo a partir de 1964, com base no modelo de concessão para emissoras privadas, gerou a construção do oligopólio liderado pela Rede Globo de Televisão e de um modelo de televisão caracterizado pela articulação de interesses políticos e econômicos. O autor ainda constata uma crise no Sistema Brasileiro de Comunicações diante das mudanças no mercado global, bem como a exclusão da maioria da população ao livre acesso à informação e ao conhecimento, exigência que não é satisfeita pelas emissoras de televisão no país.

Essa crítica é aprofundada no artigo de Laurindo Leal Filho, ao mostrar como o modelo institucional da televisão brasileira mantém até hoje uma relação

de dependência com o Estado. O autor trata da gênese dessas relações, na ditadura de Vargas e no modelo de exploração do rádio, e conta como a infra-estrutura concedida pelo Regime Militar, bem como as isenções fiscais e os investimentos publicitários estatais fizeram da televisão, em especial a Rede Globo de Televisão, uma indispensável aliada política do regime. Como mostra o autor, a censura às iniciativas de um jornalismo independente criou um padrão anódino, que vigora mesmo depois do fim da censura oficial, e que continua a dar lugar para a propaganda a serviço de interesses políticos, passando ao largo da discussão democrática de questões nacionais.

E a coletânea não deixa de lado a produção do gênero ficcional de maior receptividade no país, a telenovela, tema da densa análise de Tânia Pellegrini em *A Próxima Atração: Telenovela e Ditadura*. A autora demonstra como aqui a televisão detém primazia enquanto intérprete e criadora de sentidos sobre a realidade nacional e como os gêneros ficcionais televisivos aparecem como formadores do imaginário e de “mitologias modernas”. Revela como a telenovela encarregou-se de veicular pedagogicamente “retratos da realidade nacional” durante o Regime, contribuindo para a construção de sujeitos afinados com a Ditadura, apesar das exceções. A autora ainda constata a continuidade de muitas das limitações da telenovela, mesmo diante das transformações e das novas tendências surgidas nas últimas décadas.

Os demais artigos tratam da produção cinematográfica no período em questão. O artigo de Paulo Menezes, *Cinema: Censura, Uma Velha Inimiga*, faz uma breve história da censura no cinema, presente desde as primeiras exposições cinematográficas no país até as exposições recentes de filmes na televisão. De forma interessante, e com base em uma leitura de Herbert Marcuse, Paulo Menezes mostra como os dois eixos da ação censora, o de ordem moral e o de ordem política, se entrecruzam especialmente durante os anos da ditadura, quando a sexualidade é elevada a arma de contestação política e moral. São vários os casos mostrados, tanto de filmes nacionais quanto de filmes estrangeiros que aqui sofreram cortes e proibições de exibição, por razões morais, políticas ou ambas. E atesta como depois da abertura não se extingue a censura em nome da “moral e dos bons costumes”, por meio de cortes e dublagens em filmes exibidos na TV aberta e nem mesmo a censura política, como demonstra ao citar casos de omissão na cobertura da Guerra do Iraque.

Já Ângelo Del Vecchio faz uma contextualização do documentário *Você Também Pode Dar um Presunto Legal*, frase atribuída ao delegado Sérgio Paranhos Fleury, do Esquadrão da Morte e faz uma gênese desse órgão repressor. Assim, são narrados os acontecimentos políticos que precederam o Ato Institucional n.º 5, como a ação do MDB e da Frente Ampla de Carlos Lacerda, e o fortalecimento da oposição estudantil e da guerrilha. O autor mostra como os Esquadrões só foram possíveis diante da supressão dos direitos individuais e políticos dos cidadãos gerada no AI-5,

perfazendo-se o elo entre repressão policial e repressão política, o que resultou no encrudescimento da repressão a ações consideradas subversivas pelo regime.

E Maria Ribeiro do Valle e Lauro José Siqueira Baldini relatam o desenrolar da luta armada após o decreto do AI-5, em 1968, quando extingüem-se os movimentos estudantis e acirram-se os episódios de tortura como forma de repressão justificada pelos militares. O artigo analisa como esse momento é interpretado por dois filmes, *Pra Frente Brasil!* e *O Que é Isso Companheiro?*, constatando como o primeiro, de caráter “ficcional” e produzido ainda na ditadura, oferece reflexão sobre a ineficiência da tortura e o perigo do poder ilimitado de repressão dos militares; e como o segundo, de caráter “documental” e póstumo, faz uma leitura equivocada da luta armada, acabando por justificar a repressão à oposição. O artigo também mostra os perigos de tal interpretação, na qual repousa a persistência ao apoio que até hoje a tortura encontra dentre a população, fruto do desconhecimento do passado, o qual é perpetuado por obras pretensamente “documentais”.

Os textos de Cinema e Televisão Durante a Ditadura Militar: Depoimentos e Reflexões, ao mesmo tempo em que se referem à produção audiovisual no período, analisam eventos políticos e econômicos em diferentes momentos, fornecendo ao leitor uma contextualização histórica abrangente e proporcionando uma rememoração dos acontecimentos que marcaram o Regime Militar. Além disso, é de extrema importância conhecer esse momento da produção cultural, enquanto ocasião decisiva na consolidação de uma indústria cultural no Brasil. Nessa ocasião, vimos o empenho Estatal na modernização e massificação dos modos de produção e de consumo, cada vez mais pautados por estratégias empresariais e pelos humores do mercado. Por fim, esta coletânea tem o mérito de mostrar posições diferenciadas, algumas mais otimistas, outras menos, em relação ao presente e ao futuro da produção audiovisual no país. Se conhecer o passado é fundamental para entender o presente, este livro lança luz sobre os dilemas e limitações enfrentados hoje pelos produtores, consumidores e estudiosos de cultura no Brasil, duas décadas depois do fim do Regime Militar.

SIMIS, Anita (Org.). **Cinema e televisão durante a ditadura militar**: depoimentos e reflexões. Araraquara: Laboratório Editorial FCL/UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2005.